

MATERNIDADE E MATERNAGEM: QUANDO O BIOLÓGICO E O PSÍQUICO NÃO SE ENCONTRAM¹

Amanda Mendonça Quelotti²

Anna Costa Pinto Ribeiro³

RESUMO

Esse estudo tem o objetivo de compreender as vivências das maternidades como únicas e opcionais para cada mulher, visto ser um conceito que sofre mudanças de acordo com o momento sócio histórico vivido, respeitando a visão particular de cada vivência de acordo com o meio social inserido. Através de uma revisão de literatura, foi realizada uma tentativa de uma análise contextual histórica da maternidade, dissertando sobre algumas das influências do meio, as modificações nas estruturas familiares, nas relações de gênero e sobre as reivindicações do feminismo. Teoria, percepções e opiniões são expostas ao longo do texto cuja maioria das mulheres mães se identificam, mas que não possuem um lugar de visibilidade ou fala, como o mito do amor materno. Ao longo do artigo trabalhamos o conceito de função materna e sua construção psíquica, com o intuito de causar nos leitores uma reflexão acerca do papel indissociável da mulher a maternidade e da forma romantizada como é exposta pelos meios midiáticos. Buscou-se, com o trabalho, uma maior identificação com as experiências reais das mulheres e uma maior equidade de gêneros em relação à maternidade.

Palavras-chave: Maternidade. Mulheres. Construção social.

MATERNITY AND MATERNAGE: WHEN THE BIOLOGICAL AND PSYCHIC DO NOT MEET

ABSTRACT

This study aims to understand the experiences of maternity hospitals as unique and optional for each woman, since it is a concept that undergoes changes according to the socio-historical moment lived, respecting the particular vision of each experience according to the social environment inserted. Through a literature review, an attempt was made at a historical contextual analysis of motherhood, discussing some of the influences of the environment, the changes in family structures, in gender relations and on the claims of feminism. Theory, perceptions and opinions are exposed throughout the text, which most women mothers identify with, but who do not have a place of visibility or speech, such as the myth of maternal love. Throughout the article

¹ Artigo de trabalho de conclusão de curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia, na Linha de Desenvolvimento Humano. Recebido em 10/04/2022 e aprovado, após reformulações, em 07/06/2022.

² Discente do curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA). E-mail: amandaquelotti@hotmail.com

³ Doutora em Psicologia pela UFJF e docente do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA). E-mail: annaribeiro@uniacademia.edu.br

we work on the concept of maternal function and its psychic construction, with the aim of causing readers to reflect on the inseparable role of women from motherhood and the romanticized way in which it is exposed by the media. The work sought to achieve greater identification with the real experiences of women and greater gender equity in relation to motherhood.

Keywords: Maternity. Women. Social construction.

1 INTRODUÇÃO

A experiência da maternidade comporta oscilações, transformações e imperfeições. A visão romanceada em que a mãe não demonstra fragilidades e que possui uma vocação inata a essa noção difundida de sacrifício, associada à incapacidade da mulher de corresponder a esse ideal, pode resultar em perturbações durante a vivência da maternidade, como é o caso da depressão pós-parto e o abandono de lar, muitas vezes consequências dessa romantização e responsabilização excessiva da mãe (AZEVEDO; ARRAIS, 2006).

Freston (1994, apud SOEJIMA; WEBER, 2008, p.178) expõe que o perfil predominante da mãe que abandona o filho no Brasil é de uma mulher solteira com mais de 20 anos, de educação primária incompleta, com trabalho incerto, sem fontes maiores de sustento familiar e que engravida de uma relação eventual sem compromisso estável, não sendo assim, na maioria dos casos, uma gravidez planejada. Os casos de abandono normalmente são influenciados pela conjugação do fator econômico (pouca educação formal; salário inconstante) com o fator familiar (enfraquecimento da família extensa pela migração; ausência do companheiro) (FRESTON, 1994).

As formas de maternagem são múltiplas e não podem ser generalizadas de modo radical. Apesar disso, a grande maioria das mulheres se move entre opiniões que têm como base a noção do amor materno como inato, mesmo sem se sentirem representadas por essa visão, não ocorrendo assim, uma identificação por esse discurso (BADINTER, 1985).

Este estudo busca discutir o lugar social e biológico da função materna. Inicialmente vamos abordar, seguindo a tentativa de uma contextualização histórica e social, da vivência da maternidade, expondo ao longo do primeiro capítulo as transformações que esse conceito perpassou de acordo com a época vivida,

influenciada pelas configurações familiares, representações sociais, formas de trabalho e casamento, entre outros. Abordando, também, as ondas que o movimento feminista perpassou e suas conquistas, proporcionando um maior espaço para algumas das mulheres dentro da sociedade e trazendo a perspectiva de uma “nova maternidade”, apesar de o molde e padrão de como ser uma “boa mulher” ainda ser exposto e seguido.

Complementando, apresentaremos a construção psíquica da função materna, com a teoria de Winnicott para basear os argumentos psíquicos, detalhando aspectos que podem influenciar tal experiência. A função materna é considerada essencial para o desenvolvimento de uma criança, mas trazemos ao longo do texto a crítica sobre a função não necessariamente ter que ser exercida pela mulher em si, almejando junto a isso uma maior inclusão e esperança a famílias com diversas configurações familiares. Sendo explicitado como a parentalidade é formada por aliança e reciprocidade, e não sangue.

O olhar crítico é exposto ao longo do texto em relação à persistência do papel indissociável da mulher à maternidade, com o intuito de causar uma reflexão sobre julgamento da sociedade acerca dessa vivência e a exibição romantizada, generalizada, demonstrada pelos meios midiáticos que podem trazer consequências negativas para mães que não se identificam com a forma retratada.

Parece ser essencial analisar detalhes como a base familiar e o meio social de desenvolvimento dessa mãe, sentimentos e pensamentos aflorados no momento da vivência e após. Além disto, é importante perceber o psiquismo materno que passa por modificações fisiológicas e psicológicas, em sua rotina e relacionamentos sociais.

Enfim, esse estudo foi motivado pela vivência de um caso clínico durante o estágio de psicologia realizado na clínica da Uniacademia, causando assim, uma reflexão sobre questões que perpassam a construção social da maternidade e tem o foco no objetivo de conquistar um maior espaço de fala e reflexão para compartilhar a realidade sobre essa experiência, olhando a partir de uma externalidade enquanto não-mãe, partindo de uma perspectiva pessoal e com a escuta clínica, identificando tal demanda. Expondo sofrimentos e dificuldades, ao contrário do que é mostrado nos meios midiáticos, que, por sua vez, utilizam-se de uma perspectiva moralista, discriminatória e insensível para com a realidade de algumas pessoas. Além da

CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 4, n. 7, p. 331-354, jan./jun. 2022 – ISSN 2674-9483

procura de um cuidado mais humanizado e o foco no bem-estar da mãe e não só na criança, como normalmente ocorre, juntamente a uma desvalorização da mesma e uma maior divisão de tarefas, destituindo o papel da maternagem como único e exclusivo da mãe.

2 ANÁLISE CONTEXTUAL E HISTÓRICA DAS MATERNIDADES

Maternidade, conceito que passa por constantes transformações, conforme a época e contexto inserido desde a Idade Média até a atualidade nas sociedades ocidentais. Por ser um fenômeno social, possui diferentes significados, simbologias e valores, podendo, assim, falar sobre múltiplas formas de vivenciá-la e com isso se torna uma experiência única e individualizada para cada mãe (ARIES, 1986). “A intensidade e o momento em que se vivenciará a maternidade estão diretamente relacionados às influências culturais do meio em que a mulher se encontra e também de sua história pessoal e afetiva” (BADINTER, 1985, p. 56)

Para Chodorow (2002, p. 119) o argumento da fisiologia – gerar, parir, amamentar – [...] “não é uma explicação suficiente para as capacidades e função maternalizante das mulheres atuais”.

Segundo Badinter (1985; 2011), a construção histórica do conceito de maternidade parte do pressuposto que o querer ser mãe faz parte de um determinismo inato e inerente a todas as mulheres, referindo-se a um desejo natural que foi socialmente construído ao longo dos séculos. Porém, na atualidade, é possível perceber uma constante transição no modo como a maternidade é assimilada, conquistando uma maior aceitação e espaço de fala sobre a mulher não ser a única apta para realizar os cuidados maternos, tornando, assim, excludente o determinismo biológico (SCAVONE, 2001).

Seguindo as transformações que esse conceito perpassa, podemos citar uma das perspectivas possíveis sobre a formação familiar, que se encaixa em uma versão ocidental e europeia, ocorrendo no final do século XIX, momento em que as crianças passaram a ser o foco da família, alterando as relações e, principalmente, os papéis e funções parentais. (ARIES, 1978). “ Na antiguidade falamos sobre uma grande ênfase no poder paterno, que era a figura de maior autoridade, existindo uma

superioridade em relação as mulheres e crianças, sendo submissas ao homem” (ARIES, 1978, p.12).

O casamento era realizado seguindo interesses econômicos e alianças políticas entre famílias, sem vínculos afetivos entre os cônjuges, conforme aponta Aries (1981):

[...] informa-nos que, já a partir do século XVII, algumas transformações indicam a emergência de um novo sentimento familiar associado à valorização da infância. Entre elas, podemos citar a modificação dos hábitos educacionais, passando-se da aprendizagem cotidiana exercida no ambiente doméstico à escolarização maciça da infância e a modificação da condição de transmissão de bens, passando-se a reconhecer a igualdade entre os filhos no direito à herança (ARIES, 1981, p.46)

Com o foco na sobrevivência das crianças, a felicidade conjugal conquistou uma maior importância, alterando, assim, as relações entre marido, esposa, pais e filhos, junto a uma ampliação na responsabilidade materna com uma maior valorização da mulher-mãe, colocada como a rainha do lar, dotada de poder e respeitabilidade desde que não ultrapassasse o domínio doméstico (ARIES, 1981).

Relacionando a identidade das mulheres diretamente a procriação, a mulher mãe assume uma fonte de poder social, através da gestação e da maternidade, tendo algo da ordem da perfeição, uma vez que, no modo de pensar aristotélico a perfeição estava relacionada apenas aos homens (CLEMENS, 2015). “Ao gestar e maternar, as mulheres colaborariam para a manutenção da vida e da reprodução social e desta forma poderiam obter valor, honra e reconhecimento social” (CLEMENS, 2015, p.46).

Segundo Costa (2009), até as primeiras décadas do século XX, a primeira onda do feminismo adotou uma postura maternalista em relação a maternidade, onde as reivindicações do movimento versavam sobre os direitos da mãe, incorporando direitos trabalhistas como a luta pela criação da licença maternidade. Portanto o feminismo deste momento não questionava o papel que a maternidade exercia sobre a vida das mulheres e não incluía todas as classes e raças.

Em outras palavras, questionava o papel atribuído à mulher na sociedade como naturalmente inferior ao homem e limitada ao espaço privado, colocando em xeque as características ditas femininas relativas à passividade, ao cuidado e à domesticidade como um todo. (BUSSINGUER; SIQUEIRA, 2020).

Atualmente falamos sobre as quatro ondas do feminismo, sendo a primeira considerada um feminismo liberal e branco, por estar relacionada a um grupo de mulheres brancas casadas, pertencentes à classe média e alta. Referindo-se aos direitos civis como voto, educação e até mesmo direito ao trabalho, buscando retirar a mulher do espaço privado e incluí-la no espaço público; a segunda focada nos direitos reprodutivos e na sexualidade, buscando uma igualdade entre homens e mulheres e a valorização de suas diferenças; a terceira ligada ao pós-estruturalismo, que se dedica ao reconhecimento das “diferenças, da alteridade, da diversidade e da produção discursiva da subjetividade” e, portanto, mudando o foco central do feminismo, até então limitado às mulheres, para as chamadas “relações de gênero” (NARVAZ; KÖLLER, 2006) e a quarta tem suas raízes na difusão do tema dentro das redes sociais, se encontrando em fase inicial e conquistando um maior espaço constantemente (BUSSINGUER; SIQUEIRA, 2020).

Esse movimento moderno teve início nas ideias iluministas e suas transformações efetivadas a partir das Revoluções Francesa e Americana. Considerados assim, fundadores dos ideais feministas na medida em que almejavam a igualdade de direitos sociais e políticos, a ideia de que era possível uma igualdade entre os homens levou a concepção desenvolvida por algumas mulheres de que também era possível uma igualdade entre homens e mulheres. Neste primeiro momento, meados do século XIX, a luta maior era pela igualdade jurídica, ocorrendo o auge da chamada primeira onda do movimento feminista com a luta sufragista (VASQUEZ, 2014).

Pertencer a uma classe molda toda a percepção, vivência e oportunidades de um indivíduo, não dizendo respeito apenas a posses, mas à visão de mundo e como esse “mundo” olha de volta. A problemática em questão, é importante de ser ressaltada quando mostra que as feministas brancas de classe média e alta tratam de pautas sexistas como forma de dominação patriarcal, não levando em consideração as questões das mulheres negras, por exemplo (DOMINGUES, 2019).

Em sua segunda onda, contestaram o determinismo biológico ou destino divino que ligava as mulheres à condição natural de mãe, defendendo, assim, a ideia de que “não se nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1949). Provocando mudanças significativas em vários campos da sociedade, como desde a

possibilidade do voto feminino até questões vinculadas ao direito reprodutivo e familiar como o aborto e o divórcio (ALVES; PITANGUY, 2003)

Sendo assim, a maternidade foi reconhecida por confinar as mulheres em uma espécie de “bioclasse”, desta forma, a recusa a maternidade seria para as feministas, o primeiro passo para eliminar a dominação masculina e possibilitar que as mulheres ampliassem seus horizontes, principalmente no espaço público. Essas reivindicações acarretaram na busca por alguns direitos, como a descriminalização do aborto em parte dos países europeus e nos Estados Unidos e a revolução da pílula na década de 1960. Conseguindo, assim, reelaborar parcialmente as representações sobre a maternidade e ampliando a identidade feminina, buscando novas potencialidades para a mulher na sociedade (VASQUEZ, 2014).

A tentativa de desconstruir a concepção de essência feminina ligada a “maternidade” busca afirmar a ideia de multiplicidade e ao mesmo tempo inaugura a possibilidade de que “o outro” não está ali como limite (CORNELL; THURSCHELL, 1987).

O movimento feminista denunciou que o fenômeno do patriarcado tem suas origens e se reproduz no fato da responsabilização quase que exclusiva das mulheres nos cuidados com seus filhos, impossibilitando, assim, uma maior participação da mulher na esfera pública. Já o movimento feminista da atualidade não busca simplesmente a negação da maternidade de forma radical, mas sim uma atuação em conjunto entre homem e mulher para a criação dos filhos, se desejarem ter filhos (VASQUEZ, 2014).

Os anos 1980 trouxeram novos dilemas ao movimento feminista, anteriormente com o foco no trabalho de organização, luta contra a ordem social, político e econômico e com o avanço o eleitorado feminino se tornou um alvo de interesse partidário, começando, assim, a incorporar demandas das mulheres aos programas e plataformas eleitorais, criando os Departamentos Femininos dentro das estruturas partidárias (COSTA, 2013).

Podemos citar uma visível evolução em relação ao espaço de algumas das mulheres brancas na sociedade, contrapondo ao fato de que afastar-se de suas responsabilidades, traria enorme culpa e um sentimento de anormalidade, demonstrando que essa expansão estava sim ocorrendo mas permanecia seguindo os interesses do patriarca da família. Como exemplo, podemos falar do julgamento

CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 4, n. 7, p. 331-354, jan./jun. 2022 – ISSN 2674-9483

sob a recusa ao aleitamento materno, que é codificado no Brasil pelo discurso higiênico como infração às leis da natureza, sendo explicado como desvio ou patologia, a mulher que não executasse as suas funções (ARIES,1981).

Sendo, que a amamentação é uma atividade que depende de uma enorme regulação da vida da mulher, com a necessidade de um confinamento por um longo período no ambiente doméstico, o que não é acessível a mulheres que trabalham fora de casa, por exemplo (os períodos de aleitamento se estendiam por dois anos ou mais), voltando sua atenção ao cuidado, à educação e à vigilância não só da criança como também da família, ocupando um lugar contraditório relacionado as evoluções conquistadas pelas mulheres (ARIES, 1981).

No período colonial, todo o conhecimento médico existente sobre o corpo feminino dizia respeito à reprodução, conforme cita Del Priore (2004):

Os documentos científicos da época tratados, manuais, receituários revelam o enorme interesse pela madre (nome dado ao útero, como vimos) e a conseqüente obsessão em compreender seu funcionamento. O próprio mapeamento da anatomia do útero submetia-se ao olhar funcionalista dos médicos, que só se referiam ao que importava para a procriação (DEL PRIORE, 2004, p. 69).

De acordo com Nunes (2000), o sexo feminino passou a ser tratado como um sexo ambíguo, imponderável e que pode assumir diferentes formas.

A mulher tanto podia ser anjo como demônio, santa ou prostituta, fiel ou adúltera, mãe devotada ou infanticida, capaz das ações mais sublimes e também das mais degradadas, sendo assim julgado por uma imagem rotulada pela sociedade (NUNES, 2000, p.87)

[...] seja porque seriam mulheres de má índole, negligentes e egoístas, mais preocupadas com os prazeres da vida mundana, seja porque seriam mães ausentes que abandonam os filhos em nome do trabalho, de uma atividade produtiva ou intelectual [...] aparece a figura da mãe má, aquela que, traindo o instinto materno, não ama seu filho (NUNES, 2000, p. 81).

A mulher era considerada pelo que era chamado de “natureza feminina”, e, devido a isso “[...] o instinto materno anulava o instinto sexual e, conseqüentemente, aquela que sentisse desejo ou prazer seria inevitavelmente anormal” (DEL PRIORE, 2011, p. 90). “A sexualidade da mulher e seu corpo não eram de seu uso, mas dos homens e das normas da Igreja, evidenciando a oposição radical entre a maternidade e o desejo do ser da mulher” (DEL PRIORE, 2009, p. 34).

Seguindo as tradições impostas pela igreja católica, os registros de prazer e de reprodução eram como sinônimos de pecado e obra do mal, além do desejo colocado como uma possessão diabólica, promovendo, assim, um erotismo feminino julgado como perigoso, pois não se coadunava com a ordem que lhe era estabelecida pelos padrões modernos. Na atualidade, é possível perceber a forma diferenciada de abordagem quando externam sobre a vida sexual de um homem ou de uma mulher, como exemplo na masturbação ou sobre fantasias sexuais (BIRMAN, 2001).

Todavia, o campo religioso não foi o único a pretender o controle sobre a representação de uma mãe ideal. A partir do século XIX, a medicina era considerada uma fonte de verdade, relatando sobre benefícios que a maternidade traria às mulheres e sem citar possíveis consequências e dificuldades (VASQUEZ, 2014). “Paralelo a construção religiosa de maternidade, o campo médico procurou lidar com “uma mulher real”, todavia, que necessitava ser instruída sobre como ser mãe” (VASQUEZ, 2014, p.170).

Também é importante destacar a relação estabelecida pelas mulheres nos anos 1980 com o que chamou de “profissionais da gravidez”. Se, anteriormente, o acompanhamento da gestação restringia-se ao obstetra, uma série de outros profissionais inseriu-se nesse processo: na época, passaram a estar presentes especialistas em Psicologia e em trabalhos de corpo aplicados à gravidez e ao parto. Esses profissionais tornaram-se responsáveis, junto às mães, pela construção e divulgação de um paradigma alternativo na concepção de maternidade (ALMEIDA, 1987, p.52).

Na década de 80, falamos sobre a emergência de um sentimento moderno de maternidade, marcado pela mudança no critério de decisão dos papéis sociais familiares, que antes eram decididos por diferenças de gênero e estruturação hierárquica, além da ênfase na presença do marido nos momentos da gestação como requisitada e necessária, retirando o foco dessa vivência apenas como responsabilidade da mulher e sendo posicionada como uma escolha pessoal (ALMEIDA, 1987).

Podemos falar do nascimento de uma “nova maternidade”, a partir do momento que o papel da mulher no cuidado com os filhos tornou-se tanto mais exclusivo quanto menor se tornava a determinação biológica para a maternidade. Consequentemente, as taxas de natalidade começaram a cair enquanto a escolarização das crianças tornou-se mais precoce e presente, resultando em um

CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 4, n. 7, p. 331-354, jan./jun. 2022 – ISSN 2674-9483

possível crescimento do sexo feminino no mercado de trabalho (CHODOROW, 1990).

À criança, então, foi proporcionado um status privilegiado em relação ao desejo da mãe, por meio do incentivo para que a mulher tenha prazer com a maternidade, com o objetivo de compensar na relação mãe/filho as frustrações impostas nas muitas restrições que são consequências dessa vivência, como na vida doméstica, na relação dessexualizada com o marido e no seu lazer como mulher (NUNES, 2000).

De acordo com Badinter (2011), no início do século XIX, o governo reconheceu a necessidade de educação da população feminina, contribuindo para a transformação do lugar recluso da mulher. Moreira (2009) complementa, pontuando que, no fim do século XIX, com a institucionalização da Revolução Industrial e a consolidação do sistema capitalista, ocorreram transformações relevantes no modo de produção e organização do trabalho feminino, sendo necessário, em determinado momento, que uma parte da mão de obra feminina se concentrasse nas fábricas para contribuir com o aumento da produtividade, marcando, assim, mais uma das conquistas e espaço auferidas pelas mulheres.

Nesse sentido, Scavone (2001) aponta que a maternidade como escolha é um fenômeno contemporâneo, que historicamente foi se consolidando no decorrer do século XX, no qual as transformações econômicas, familiares, os avanços tecnológicos e os movimentos feministas constituíram-se como elementos importantes para esse processo e para a relação que então se estabeleceu com o ser mãe e o ser mulher.

Existindo a escolha, em se ter filhos ou não, não é mais possível falar em desejo universal das mulheres pela maternidade. Badinter (2011, p.31) afirma: “é como se a criança não fosse mais a prioridade das prioridades”, apontando que “atualmente em primeiro lugar as mulheres querem garantir a sua independência”, estabilidade financeira, moradia e depois planejam ou não ter filhos, colocando outras prioridades sem ser a maternidade como primeiro lugar, antes da criança em si existir.

No decorrer do século XX, ser ou não ser mãe passou a ter uma dimensão reflexiva, como citado por Scavone (2001):

Influenciada por fatores relacionados às condições subjetivas, econômicas e sociais das mulheres e, também, do casal. O advento da modernidade e de suas conquistas tecnológicas, sobretudo no campo da contracepção, e mais recentemente da concepção, trouxe às mulheres uma maior possibilidade na escolha da maternidade e abriu espaço para ser ou não ser mãe (SCAVONE, 2001, p.50)

Perpassando por aspectos teóricos e fenomenológicos, no capítulo seguinte abordaremos o conhecimento sobre a construção psíquica de uma função materna, focando nas características e qualidades dessa função junto com possíveis fatores que podem influenciar nesse processo, abordando a teoria de desenvolvimento segundo o Winnicott e autores complementares. Buscaremos expor que a função materna não é função exclusiva da maternante gestante, saindo do determinismo biológico e abordando as multiplicidades dessa vivência.

3 FUNÇÃO MATERNA E SUA CONSTRUÇÃO PSÍQUICA

Como uma das bases desse estudo, temos o autor Donald Winnicott, pediatra e psicanalista inglês, que se destaca por promover a integração da formação médica, da prática clínica e da releitura dos conceitos freudianos, realizando grande parte de suas observações teóricas com crianças separadas de suas famílias durante a Segunda Guerra Mundial. Demonstrando interesse na relação mãe-bebê e na maneira pela qual o bebê gradualmente consegue viver sem a dependência direta dos cuidados maternos, através dos três estágios de desenvolvimento emocional explicitados mais à frente do texto. Uma das críticas apontadas no estudo é a realidade que algumas famílias vivenciam (ROCHA, 2006).

A teoria do desenvolvimento engloba caminhos como os processos maturacionais do bebê compreendido pelo seu crescimento emocional e os cuidados ambientais, que representam as adaptações maternas às necessidades específicas do filho, sendo examinado que os cuidados maternos, quando desempenhadas de modo satisfatório, investindo energia naquela ação, possibilitam a realização da integração, personalização e início das relações e uso de objetos, estágios iniciais do desenvolvimento da criança humana (LOPES, 2012).

A mãe tem a função de um ambiente suficientemente bom, onde possibilite alcançar as etapas de desenvolvimento das satisfações, ansiedades, conflitos inatos e pertinentes, além da estruturação da personalidade do indivíduo (LOPES, 2012).

[...] o ser humano nasce com um conjunto desorganizado das pulsões, instintos, capacidades perceptivas e motoras que, conforme progride o desenvolvimento, vão se integrando, até alcançar uma imagem unificada de si e do mundo externo. Assim, o papel da mãe é prover o bebê de um ego auxiliar que permita integrar suas sensações corporais, estímulos ambientais e suas capacidades motoras nascentes. (WINNICOTT, 1983, p.56)

Representando o ambiente suficientemente bom, cuja importância é vital para a saúde psíquica do ser humano em devir, permitindo à criança pequena desenvolver uma vida psíquica e física fundamentada em suas tendências inatas e experimentar um sentimento de continuidade da vida, que é o sinal da emergência de um verdadeiro self, de um verdadeiro eu (NASIO, 1995, p. 186).

Freud postulou que a possibilidade de tornar-se mãe encontra seu alicerce na infância da mulher,

impondo um retorno inconsciente às etapas mais primitivas por ela vivenciadas com a sua mãe ou com a pessoa que exerceu a função materna, surgindo por vezes fantasias e expectativas em relação à gravidez, ao parto, ao bebê e seu desenvolvimento, experimentadas como gratificantes ou frustrantes, as quais poderão ou não ajudar a mãe a encontrar prazer na maternidade, e a amar ou não a sua criança (FREUD, 1990, p. 11).

De acordo com o autor Winnicott (1960) a mãe suficientemente boa precisa realizar algumas funções, como o *holding/handling* e a apresentação dos objetos transicionais. O termo *holding*, faz referência ao suporte físico e psíquico oferecido ao bebê pelo seu **cuidador**, sendo traduzido como sustentar ou segurar, permitindo ao bebê desenvolver estabilidade e previsibilidade do ambiente. Esse processo dialoga diretamente com a continuidade do ser, com a noção de ilusão e com a integração das partes do self.

Tudo isso é muito sutil, mas ao longo de muitas repetições, ajuda a assentar os fundamentos da capacidade que o bebê tem de sentir-se real. Com esta capacidade o bebê pode enfrentar o mundo ou (eu diria) pode continuar a desenvolver os processos de maturação que ele ou ela herdaram (Winnicott, 2012, p. 5).

Em seguida, falamos do conceito *handling*, que é o contato pele a pele entre o bebê e o cuidador, cuidados físicos que envolvem o manuseio corporal do bebê durante os suportes básicos como banho e amamentação. Auxiliando a formar as bordas do corpo, a harmonizar a vida psíquica (realidade interna) com o corpo

CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 4, n. 7, p. 331-354, jan./jun. 2022 – ISSN 2674-9483

(esquema corporal), a diferenciar o Eu do Outro, e a reconhecer sua própria psique dentro do seu próprio corpo (personalização) (NASIO, 1995).

Finalizando com a apresentação dos objetos ou ao mundo, no qual oferece objetos substitutos de satisfação, relacionando-se com a apresentação da externalidade e da realidade. Processo fundamental para avançar da fase de dependência absoluta para dependência relativa, conceitos trabalhos mais a frente, que possibilitam o interesse, curiosidade e a busca por objetos de satisfação para além da cuidadora. Tal apresentação deve ser realizada em pequenas doses, ao passo que permita a ilusão inicial (onipotência) de que quem criou aquilo foi o bebê. Segundo o autor, essa apresentação carrega a função formativa que permite o estabelecimento das relações objetais (WINNICOTT, 1983).

“Entretanto quando a mãe não é suficientemente boa, a criança não é capaz de começar a maturação do ego ou então ao fazê-lo aparece distorcido em certos aspectos vitalmente importantes “ (WINNICOTT, 1983, p. 56). A função materna realizada de forma insuficiente, não conseguindo identificar as necessidades do bebê ou de uma situação específica, pode resultar em psicopatologias no desenvolvimento emocional, pois a catexia dos objetos externos não é iniciada, permanecendo, assim, isolado, sobrevivendo “falsamente” e apropriando-se de um self falso, que não é o dele (THEISEN, 2014).

A constituição psíquica é um processo pelo qual o bebê precisa passar para que venha a se constituir enquanto sujeito. No início de sua vida, é incapaz de buscar por conta própria o conforto no ambiente, dependendo completamente do Outro para lhe proporcionar um lugar de existência, sendo essa fase chamada de dependência absoluta.

Fase em que não há separação entre corpo e meio, não existindo ainda o Eu configurado, necessitando da linguagem para o processo do desenvolvimento ocorrendo em função desse Outro que preencherá suas faltas e, que irá lhe fornecer elementos que estabeleçam um lugar de onde o bebê será capaz de iniciar o seu reconhecimento e a sua estrutura subjetiva, exercendo, assim, a função materna (THEISEN, 2014).

Em continuidade, falamos de uma dependência relativa, aonde começamos a encontrar o self separado do outro, portanto marcando o início da distinção do ser, onde existe o Eu e o Outro, envolvendo a utilização de objeto transicional, quando o

CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 4, n. 7, p. 331-354, jan./jun. 2022 – ISSN 2674-9483

indivíduo começa a buscar o ambiente, mas ainda tem necessidade dos cuidados de alguém. No rumo à independência temos o estabelecimento de relacionamentos do indivíduo com objetos externos baseados no princípio da realidade (WINNICOTT, 1990).

Sendo através da relação mãe/bebê que a criança vai se subjetivando e se tornando um sujeito desejante. Essa experiência do olhar e do toque entre a mãe e o filho são estruturantes para o psiquismo e constituição da imagem corporal. É o desejo da mãe que vai impulsionar o desenvolvimento da criança, fornecendo-lhe elementos que irão estabelecer um lugar de onde ela poderá dar início à sua subjetividade (THEISEN, 2014, p.5).

De acordo com a Psicanálise, a função materna é essencial para a estruturação e desenvolvimento do psiquismo da criança ocorrer, não necessitando ser exercida pela mãe real, podendo também ser exercida pelo pai, avó, tia, babá, realidade de muitas famílias atualmente com as novas configurações familiares, como famílias monoparentais, extensas, reconstituídas, informais, unipessoal, entre outras (THEISEN, 2014). “Winnicott nos diz que a função materna é necessária, bem mesmo antes do nascimento do bebê, através do desejo no qual o casal insere o filho” (WINNICOTT, 1994, p. 10).

A psicanálise considera a adoção como um procedimento generalizado a todo ser humano pois o ato de adotar diz respeito a uma escolha. Para Laia (2008):

Logo, a paternidade e a maternidade não são processos meramente biológicos ou instintivos, mas partes de uma adoção simbólica que se atribuem aos sujeitos. Todo ser humano necessita ser adotado como pai, mãe e filho, para que por meio da identificação e da convivência sejam capazes de internalizar esses papéis de maneira efetiva. (LAIA, 2008, p.531)

Passos (2007) destaca que é preciso ampliar a premissa que liga questões de gênero a funções parentais, pois, mais que os laços consanguíneos, a parentalidade se realiza por meio de formação de alianças, produtos das relações intersubjetivas e de reciprocidade, referindo-se à necessidade dos pais de desejar a criança para que ela desempenhe o processo de identificação com o Outro, até constituir-se.

Ao longo das décadas de convivência com o feminismo, a psicanálise sofreu críticas com relação ao cuidado materno como modelo teórico e prático por excelência. Tal centralização da maternidade apresenta riscos, pois se conecta

diretamente com a relações de poder e dominação que contribuem para a circunscrição das mulheres ao âmbito doméstico (MIRANDA; TIMO; BELO, 2019).

Tendo em vista esse debate, apresentamos uma problematização à ênfase dada à maternidade por Donald Winnicott, autor utilizado como base teórica do texto. Através de alguns conceitos de sua teoria, como a presente exclusão da paternidade como possibilidade no cuidados de bebês, ademais a principal crítica em relação ao conceito explicitado “mãe suficientemente boa” e “não suficientemente boa”, atualmente indo contra a constante evolução de respeitabilidade em relação as limitações de uma mãe, além da colocação da imagem da mulher associada a rótulos e julgamentos de terceiros (MIRANDA; TIMO; BELO, 2019).

Ao longo do texto podemos perceber as inúmeras possibilidades de desempenho da função materna, tanto em relação ao indivíduo, que vai realiza-las, e as diferentes formas. Com isso, caminharemos para o próximo capítulo, com ênfase em uma crítica sobre a responsabilização excessiva da mulher em relação a maternidade, as consequências desse estigma na vida da mulher e a busca por uma atuação em conjunto entre homem e mulher para a criação dos filhos.

4 O PAPEL “INDISSOCIÁVEL” DA MULHER A MATERNIDADE.

A mulher do século XIX foi induzida, direta e indiretamente, a aceitar o papel de boa mãe. Atualmente podemos pontuar, como essencial, que a sociedade reconheça que o trabalho reprodutivo não diz respeito apenas a mulher gestante em si, e sim com a mesma responsabilidade a figura do pai, ao Estado e a sociedade como um todo.

É evidente, como citado no capítulo anterior, que a maternidade nunca mais será a mesma depois do feminismo, a opressão contra a qual as feministas lutavam e lutam não se expressa pelo “destino biológico” da maternidade, mas da significação e dos discursos sociais atribuídos a ela. Acredita-se que a imensa contribuição do feminismo à maternidade foi justamente a sua desnaturalização, percebendo-se que a maternidade possui diferentes faces, podendo ser abordada como símbolo de opressão, símbolo de realização ou simplesmente como uma experiência sócio biológica feminina (VASQUEZ, 2014).

Além do debate sobre a maternidade, o movimento feminista entra no linear no século XXI com uma nova roupagem, que, segundo Vasquez (2014).

Que extrapola a ideia de diferença e, almeja defender um novo mundo onde os limites do gênero não sejam determinantes, discriminadores e muito menos excludentes. Desta forma, acredita-se que a maternidade, pensada à luz desta nova concepção possa ser analisada como uma experiência ética plural. Nem negada, nem idealizada, a maternidade tem sido e deve ser pensada a partir das múltiplas realidades históricas, sociais e culturais das mulheres e homens. Vista assim ela se torna também um dos elementos constituintes das relações de poder formadoras da sociedade (VASQUEZ, 2014, p.179).

Chodorow (2002) questiona o modo como a maternação é reproduzida através de gerações e o impacto nos dias de hoje, expondo a hipótese de que a reprodução contemporânea da maternação ocorre pelos processos psicológicos estruturalmente induzidos, não sendo assim um produto da biologia nem de preparo intencional para a função. Destaca que uma explicação funcional da reprodução deve incluir certa organização social e assim, a divisão de trabalho por sexos é um aspecto social que se desenvolve e modifica, conquistando um novo significado e funções pelas contingências da vida.

Assim, a teoria evolucionista-funcionalista perde seu argumento sustentado na biologia, no qual as mulheres ou mães biológicas devam ou tenham que maternar. Outro argumento questionável é [...] “que as mulheres têm um instinto maternizante, ou instinto materno e que, portanto, é ‘natural’ que maternem ou mesmo que devam por isso maternar” (CHODOROW, 2002, p.47). Muitos acreditam numa espécie de base hormonal/fisiológica para que as mulheres maternem, mas ao serem avaliadas essas alegações de base, verifica-se ser difícil achar uma evidência.

Para a autora, o modo como uma pessoa cuida de filhos dependerá em grande grau das experiências e conflitos de sua infância. Nenhum psicanalista, etnologista ou biólogo afirmaria que instinto ou biologia por si mesmo geram a maternalidade das mulheres (CHODOROW, 2002, p.47).

O que vem a ser um instinto que se manifesta em certas mulheres e não em outras? [...] Em vez de instinto, não seria melhor falar de uma fabulosa pressão social para que a mulher só possa se realizar na maternidade? [...] para todas essas mulheres, a maternidade, tal como é vivida há séculos, é apenas o lugar de alienação e da escravidão (BADINTER, 1985, p. 356).

Porém, é em função desses questionamentos que se pode afirmar em seu percorrido pela história das atitudes maternas que [...] “o instinto materno é um mito” (BADINTER, 1985, p. 367).

Não há uma conduta universal de ser mãe, pelo contrário, há uma variação de sentimentos, ambições e frustrações que sofrem interferências da cultura. Declara que o amor materno é apenas um sentimento e, como tal, essencialmente contingente [...] podendo existir ou não; ser e desaparecer. Mostrar-se frágil ou forte. Dependerá da mãe, de sua história e da História. Não, não há uma lei universal nessa matéria, que escape ao determinismo natural. O amor materno não é inerente às mulheres. É adicional (BADINTER, 1985, p. 367).

O poder dos homens e a falta de poder das mulheres facilitam para que os homens não criem filhos porque não querem, pois, cuidar de crianças, como ocupação não paga, está fora do mundo do poder público, com status inferior. Deste modo, a maternação das mulheres evidencia e perpetua a relativa falta de poder das mulheres (CHODOROW, 2002, p.62).

Outro aspecto importante a ser citado, é sobre as crianças se relacionarem tanto com homens e mulheres para que conheçam e usufruam as diferentes funções de gêneros, logo a necessidade de uma reorganização para que o cuidado primário seja partilhado por ambas as figuras. Os homens cuidando de seus filhos ajudariam na individuação e a romper a dependência em relação a mãe, não existindo assim, a dependência e a identificação primária. Além de ser dependente de pessoas de ambos os gêneros contribui para o estabelecimento de um senso individuado do Eu na criança (CHODOROW, 2002).

As funções maternas e paternas se tornam necessárias mesmo antes do nascimento do bebê, através do desejo. Ademais, o contexto, o lar, a harmonia e união necessária nesse casal são fatores que vão influenciar no desenvolvimento da função paterna e materna, criando assim, se positiva, um contexto no qual a criança consegue encontrar a si mesma, o mundo e a relação dela com o mesmo (WINNICOTT, 1999). “No início da vida, quem prepara o ambiente e monitora os contatos com o ambiente são os pais. Eles são os principais responsáveis em proporcionar a criança que vai nascer um ambiente apropriado e acolhedor” (WINNICOTT, 1980, p.34).

Nos meados da década de 60 ocorreu uma ampliação que Lacan realizou nos conceitos psicanalíticos referentes às figuras de “pai” e “mãe” e introduziu os termos “função paterna” e “função materna”, trabalhando estes conceitos enquanto

CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 4, n. 7, p. 331-354, jan./jun. 2022 – ISSN 2674-9483

símbolos. Inaugurando uma nova forma de compreender os determinantes psíquicos na primeira infância, na medida em que estende o termo para além do pai e mãe biológicos e não se limita a uma questão de gênero (FERRAZ, 2008).

Seguindo essa perspectiva, Lacan (1969/2003) discursa sobre a combinação da função materna e da função paterna, responsáveis por realizar a travessia do bebê enquanto sujeito, não se tratando da figura de uma mulher e de um homem em si, mas de sujeitos que exercem essa função. Por outro lado, produziu a separação entre mãe e mulher construindo a perspectiva de uma posição materna, distante do que acreditam aqueles que confundem com a mãe em “carne e osso”.

Seguindo a perspectiva da autora Chodorow (2002), outro pressuposto subjacente é a educação para a função. A autora comenta como o preparo para as funções advém de uma identificação e de um preparo para as funções femininas em si, com grande influência direta sobre pressões da cultura, do meio, das redes sociais e redes de televisão, expondo que a cultura com seu poder e controle determina o que seriam coisas para mulheres. Como tal, o azul sempre foi exposto como uma cor masculina enquanto o rosa uma cor feminina, impondo padrões sobre o que deve ser seguido, que permeiam ainda na atualidade, devido a tal persuasão.

Em seguida, falamos de outro aspecto importante a ser citado que é a influência do discurso publicitário e dos meios midiáticos no psiquismo de uma mãe. Atualmente a internet e meios de comunicação reforçam os estereótipos sobre o que é ser mulher, como devem agir e romantizam a maternidade, não citando ou sequer relacionando a figura masculina a essa vivência, representando um formato culturalmente idealizado do indivíduo. Expondo, assim, o ideal de domesticidade, com anúncios de mulheres que são mães de família, dedicadas ao lar e submissas ao homem, encontrando, assim, uma disparidade entre o discurso romantizado e a realidade experimentada pela maioria das mães. (FERREIRA; FERREIRA, 2016)

Ademais, alguns ideais são reforçados em homenagens ao dia das mães mediante propagandas de produtos. Como exemplo do ideal de domesticidade, através da divulgação de produtos de limpeza e do lar, e de beleza associado ao encontro da felicidade.

Sendo, em pleno século XX focadas no combate a feiura, com campanhas publicitárias voltadas para as o incentivo ao uso da maquiagem para cobrir os [...] defeitos naturais – afinar a cintura, branquear a pele, tirar pelos,

escurecer cabelos brancos, sem ultrapassar os limites que pudessem colocar em dúvida sua moral, evocando a natureza, o dom, como um lugar a ser respeitado[...] trazendo grandes impactos na representação da figura materna (BELELI, 2007, p.201)

Portanto, a história das mulheres não é só delas, também pertence à família, a criança, ao trabalho, a mídia e a literatura. É a história do seu corpo, da sua sexualidade, da violência que sofreram e que praticaram, da sua loucura, dos seus amores e dos seus sentimentos (DEL PRIORE, 2004, p.7).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as argumentações feitas ao longo do artigo, pudemos perceber que a parentalidade, ser pai e ser mãe, é um processo longo a ser construído e que perpassa por constantes mudanças e angustias, antes, durante e após o nascimento do bebe, diante das exigências do mundo atual e do mundo interno dos pais, com suas próprias subjetividades (BORGES, 2005). As relações entre marido e mulher, pais com filhos de acordo com a época vivida são marcadas por suas individualidades.

Atualmente podemos falar sobre uma possível parceria na “co-parentalidade”, que rompem com a ideia de papéis rigidamente definidos, possibilitando, assim, que os homens participem mais do desenvolvimento dos filhos, em funções que eram consideradas como únicas e possíveis apenas para uma mulher (BORGES, 2005).

Identificamos certas regularidades no comportamento familiar de mães que abandonaram os seus filhos no Brasil, histórias marcadas por uma raridade de casamentos legais, com maiores casos de instabilidade conjugal e uma proporção alta de mulheres chefes-de-família (FONSECA, 2006). Balcon e Bonomi (2002, apud SOEJIMA; WEBER, 2008, p.177) apontam que a relação materno-filial está determinada por diversas influências psicológicas do desenvolvimento da própria infância, educação e ambiente cultural da mãe e essa é uma das razões do referido não querer maternar muita das vezes.

Tais argumentos mostram a possibilidade de uma gravidez mais saudável tanto para a criança quanto para a mãe, por poder caminhar para um possível rompimento do papel indissociável da mulher a maternidade, propiciando uma rede

de apoio a essa mulher, onde a mesma pode se sentir acolhida ao compartilhar as dificuldades e consequências dessa vivência.

Desta forma, almeja-se, além do apoio pela rede familiar, uma “normalização” de tal modelo exposto, respeitando sempre a individualidade de cada indivíduo e, com isso, uma conquista de espaço de fala com profissionais preparados para escutar essas mães e futuras mães que desejam compartilhar seus medos e angustias sem serem julgadas, mas acolhidas.

Por fim, busca-se um suporte do meio midiático de proporcionar uma maior inclusão e sentimento de identificação ao falar sobre a maternidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Isabel Mendes. **Maternidade: um Destino Inevitável?** Editora Campus, Rio de Janeiro, 1987.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. **O que é feminismo**. 8. ed. 68 p. São Paulo: Brasiliense, 2003.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. Guanabara. Zahar Editores, 1973, LTC, 1973.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2 ed. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1981.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. Guanabara, 2.ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1986.

AZEVEDO, Kátia Rosa; ARRAIS, Alessandra da Rocha. **O mito da mãe exclusiva e seu impacto na depressão pós-parto**. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, 2006, v.19, nº 2, p. 269-276. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-79722006000200013>>. Acesso em: 15 de nov. 2021.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Nova Fronteira, 2. ed. 268 p. Rio de Janeiro, 1985.

BADINTER, Elisabeth. **O conflito: a mulher e a mãe**. Editora Record, 1. ed. 224 p. Rio de Janeiro, 2011.

BELELI, Iara. **Corpo e Identidade na propaganda**. **Rev. Estudos Feministas**, 2007, v.15, nº 1, p. 193-215, abril 2007, Florianópolis.

BEAUVOIR, Simone de. **Le Deuxième Sexe. (O Segundo Sexo) L'Expérience vécue**. Paris: Gallimard, 1949. v. 2.

BIRMAN, Joel. **Mal-estar na atualidade**: a psicanálise e as novas formas de subjetivação. 3. ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2001. 304 p.

BORGES, Maria Luiza Soares Ferreira. **Função materna e função paterna, suas vivências na atualidade**. 2005. Dissertação (Mestrado em Psicologia Aplicada) – Universidade Federal de Uberlândia – UFU, Uberlândia, 2005.

CALZAVARA, Maria Gláucia Pires; FERREIRA, Monique Aparecida Vale. **A função materna e seu lugar na constituição subjetiva da criança**. *Rev. Estilos da Clínica*, 2019, v. 24, nº 3, p. 432-444, set. 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282019000300008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 out. 2021.

CLEMENS, Juçara. **A (mal) dita maternidade**: a maternidade e o feminino entre os ideais sociais e o silenciado. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Florianópolis, 2015.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Graal. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro; (Biblioteca de Filosofia e História das Ciências, 5). Graal; 3. ed.; 1989. 282 p.

COSTA, Ana Alice Alcantara. **O Movimento feminista no Brasil**: dinâmica de uma intervenção política. Imprensa Oficial. *Rev. Gênero*, Brasília, 2013. v. 5 n. 2 (2005).

CORNELL, Drucilla; THURSCHELL, Adam. Feminismo, negatividade, intersubjetividade. In: BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucila (Coord.). **Feminismo como crítica da modernidade**: releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher. Tradução Natanael da Costa Caixeiro. v. 44, n. 1, pp. 85. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.

CHODOROW, Nancy. **Psicanálise da maternagem**: Uma crítica a Freud a partir da mulher. Rosa dos tempos. *Cad. Pesq.*, São Paulo, n. 79, p. 81-90, nov. 1990.

CHODOROW, Nancy. **Psicanálise da Maternidade**: Uma crítica a Freud a partir da mulher. 2ª ed. Rosa dos Ventos, São Paulo, 2002.

DEL PRIORE, Mary Lucy Murray. **A história do corpo e a Nova História**: uma autópsia. *Rev. USP*, 1994, n.23, p.49-55. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/26974>>. Acesso em: 16 nov. 2021.

DEL PRIORE, Mary Lucy Murray. **Histórias das mulheres no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2004, p.401.

DOMINGUES, Mylena da Silva. **Teoria feminista**: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

ALENCAR, Breno Rodrigo; DEL PRIORE, Mary Lucy Murray. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2011, 254p. Ensaio, v. 1, n. 6, p. 88-94.

DEL PRIORE, Mary Lucy. **Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia**. 2. Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009, 304 p.

FERRAZ, Flavio Carvalho Ferraz. O primado masculino em xeque. **Interlocuções sobre o feminino na clínica, na teoria, na cultura**. São Paulo: Escuta, 2008, n. 40, 416 p.

FERREIRA, Phabline; FERREIRA, Adriana. **A representação da figura materna brasileira nos anúncios de O Boticário para o Dia das Mães**. In: XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste – Intercom. Goiânia, 2016. FONSECA, Claudia. **Caminhos da Adoção**. 3. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2006. 152 p.

FREUD, Sigmund. Introdução ao narcisismo. In: FREUD, Sigmund. **Obras completas, volume 12: Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 13-50.

FREUD, Sigmund. Sobre o narcisismo: uma introdução. In: FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1990, v.14, p. 83-119.

LACAN, Jacques. Notas sobre a criança. In: LACAN, Jacques. **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. p. 369-370.

LAIA, Sergio. **A adoção por pessoas homossexuais e em casamentos homoafetivos: uma perspectiva psicanalítica**. In: Adoção: um direito de todos e todas. Cartilha do Conselho Federal de Psicologia (CFP). - Brasília, CFP, 2008.

LIMA, Auricéa Xavier de Souza. **“Mães más”**: Um olhar sobre o abandono. **Rev. Gênero**, Niterói, v.11, n.2, p. 29-44, set. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31089>>. Acesso em: 27 out. 2021.

LOPES, Clea Maria Ballão. **As vicissitudes da constituição da função materna: um percurso teórico em Winnicott e Freud**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Biblioteca de Ciências Humanas e Educação – UFPR, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR. 2012.

MIRANDA, Jhonatan; TIMO, Alberto; BELO, Fábio. **Crítica à Teoria da Maternidade em Winnicott: é Preciso ser Mulher para cuidar de Crianças?** **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.39, maio 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703003176863>>. Epub 28 Nov 2019. ISSN 1982-3703. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003176863>.

MOREIRA, Renata Leite C. Aguiar; RASERA, Emerson F. **Maternidades: os repertórios interpretativos utilizados para descrevê-las.** *Psicologia & Sociedade* [online]. 2009-2010, v. 22, n. 3, pp. 529-537.

MOURA, Solange Maria Sobottka Rolim de; ARAUJO, Maria de Fátima. **A maternidade na história e a história dos cuidados maternos.** *Psicologia: Ciência e Profissão*, v.24, n. 1, p. 44-55, jan. 2004. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-98932004000100006>>. Acesso em: 15 set. 2021.

NARVAZ, Martha Giudice e KOLLER, Sílvia Helena. **Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política.** *Psicologia em Estudo* [online]. 2006, v. 11, n. 3, pp. 647-654.

NASIO, J. -D. **Introdução às obras de Freud, Ferenczi, Groddeck, Klein, Winnicott, Dolto, Lacan.** 1. Ed. 308 p. Zahar, Rio de Janeiro, 1995.

NOVO, Ariane de Sousa. **Idealização da figura materna na publicidade.** 53 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação Social) — Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

NUNES, Silvia Alexim. **O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha: um estudo sobre a mulher, o masoquismo e a feminilidade.** *Civilização Brasileira*, 1. Ed. 255 p. Rio de Janeiro, 2000.

PASSOS, Maria Consuelo. Funções materna e paterna nas famílias homoparentais. In: CARNEIRO, Terezinha Féres. **Família e casal: saúde, trabalhos e modos de vinculação.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 269-282.

ROCHA, Marlene Pereira da. **Elementos da teoria winnicottiana na constituição da maternidade.** Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Núcleo de Estudos e Pesquisas de Práticas Psicoterápicas. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 138 p. São Paulo, 2006.

SCAVONE, Lucila. **A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais.** *Cad. Pagu*, Campinas, n.16, p.137-150, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332001000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 ago de 2021.

SIQUEIRA, Carolina Bastos de; BUSSINGUER, Eida Coelho de Azevedo. **As ondas do feminismo e seu impacto no mercado de trabalho da mulher.** *Rev. Thesis Juris – RTJ*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 145-166, jan./jun. 2020.

SOEJIMA, Carolina Santos; WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj. **O que leva uma mãe a abandonar um filho?** *Aletheia*, Canoas, n. 28, p. 174-187, dez. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942008000200014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 out. 2021.

THEISEN, Ana Paula. **A função materna na constituição psíquica.** Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Psicologia) - DHE - Departamento de **CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 4, n. 7, p. 331-354, jan./jun. 2022 – ISSN 2674-9483**

Humanidades e Educação Curso de Psicologia. Universidade regional do Noroeste do estado do Rio Grande do Sul, 45 p. Santa Rosa, 2014.

VASQUEZ, Georgiane. **Maternidade e Feminismo**: notas sobre uma relação plural. **Rev. Trilhas da História**. Três Lagoas, v.3, 2014, p.167-181.

WINNICOTT, Donald Woods. **O Ambiente e os Processos de Maturação**: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Porto Alegre: Artmed, 1983. 136 p.

WINNICOTT, Donald Woods. **A família e o desenvolvimento do indivíduo**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WINNICOTT, Donald Woods. **Privação e delinquência**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 344 p.

WINNICOTT, Donald Woods. **Os bebês e suas mães**. 2. ed. São Paulo: Ltda, 1999. 72 p.